

TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO										
Número do Termo de Análise de Credenciamento										
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)										
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS										
Ente Federativo					CNPJ					
Unidade Gestora do RPPS					CNPJ					
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA										
Razão Social		Pátria Investimentos Ltda			CNPJ		12.461.756/0001-17			
Endereço		Avenida Cidade Jardim, 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, São Paulo - SP			Data Constituição		03/08/2010			
E-mail (s)		compliance@patria.com			Telefone (s)		(11) 3039-9000			
Data do registro na CVM		06/07/2011		Categoria (s)		Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários				
Controlador/ Grupo Econômico					CNPJ					
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone		
Paulo Eduardo de Freitas Cirulli				Assessor		paulo.cirulli@patria.com		(11) 3039-9669		
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?					Sim		X		Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim		X		Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim		X		Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim		X		Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim		X		Não	
Documentos disponibilizados em site		Sim		Não		X		Página Internet		
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO										
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):			CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN			Data Início Do Fundo		
Pátria Private Equity VII Advisory FIP			43.120.902/0001-74		Artigo 10, Inciso II			25/11/2022		
Pátria Private Equity VIII Advisory FIP Classe A - Trend PE			47.047.294/0001-70		Artigo 10, Inciso II			05/10/2022		
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):										
IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS										
Nome/Razão Social		CNPJ do Fundo		Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)			Data do Instrumento Contratual			
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):										
O Pátria possui política para contratação e gestão de terceiros, o que inclui fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição. A política prevê uma seleção criteriosa de terceiros, sua análise, classificação em termos de risco e criticidade e o seu monitoramento periódico.										
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO										
Estrutura da Instituição										
Segregação de Atividades		Os serviços de controladoria e custódia são integralmente terceirizados. O serviço de administração fiduciária é realizado pelo próprio Pátria para alguns dos FIPs geridos. A área de administração de fundos é fisicamente segregada das áreas de gestão dos fundos. O diretor responsável pela administração fiduciária é o Sr. Felipe Andrade Pinto. Em 2020, o Pátria iniciou sua atuação na distribuição de cotas dos fundos de investimento de que seja administrador ou gestor. A área de distribuição é fisicamente segregada das áreas de gestão de fundos. A diretora responsável pela distribuição é a Sra. Danielle Rezende Pimenta.								
Qualificação do corpo técnico		O Pátria busca investir na formação e desenvolvimento de funcionários internamente. O desenvolvimento de conhecimento específico sobre os fundos e o processo de investimentos da casa é valorizado e reconhecido. Assim, os novos funcionários da área recebem treinamento específico sobre a operação dos fundos dos seus pares diretos, além de orientações dos demais colegas da área. Adicionalmente, o RH prove a plataforma online de treinamentos, o Pátria Campus. Além disso, existe política de certificação continuada dos profissionais, conforme exigido no Código de Certificação da ANBIMA.								
Histórico e experiência de atuação		O Pátria Investimentos é um dos líderes em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de experiência em Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito. Atualmente, o Pátria possui dez escritórios em alguns dos principais centros financeiros do mundo.								
Principais Categorias e Fundos ofertados		Principais categorias: Fundos Multimercado, Fundo de Ações, Fundos de Direitos Creditórios, Fundos de Participações e Fundos Imobiliários.								

Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	A equipe de Compliance prepara e fornece treinamentos para cobrir os temas de Compliance mais relevantes, incluindo, entre outros, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, práticas anticorrupção, conflitos de interesses, regulamentação relacionada às atividades do Pátria. As sessões de treinamento são conduzidas por profissionais externos especializados. Os treinamentos podem ser realizados em sessões ao vivo e/ou apoiados por uma solução de e-learning. Todos os funcionários são obrigados a participar de pelo menos um treinamento por ano, mas são expostos a outros conteúdos ao longo do ano.		
Regularidade Fiscal e Previdenciária	Vide arquivos de qualidade de gestão disponibilizados pela instituição financeira.		
Volume de ativos sob sua gestão	Ao longo de mais de 30 anos de história, o Pátria Investimentos construiu a maior gestora de ativos alternativos da América Latina, com US\$ 27,2 bilhões sob gestão.		
Outros critérios de análise			
VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO			
A instituição analisada conta com uma boa qualidade de gestão, tendo em vista que os fundos geridos por esta apresentam retornos compatíveis com seus benchmarks e compatíveis com fundos disponíveis no mercado. A instituição conta com um volume de recursos de terceiros considerável e mantém a proporção adequada considerando o volume de recursos oriundos de RPPS, condizente com o previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021.			
Levando em consideração os fatores acima, não vemos nada que desabone o relacionamento da instituição com este RPPS.			

## **CRENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR E INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e do art. 104 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão, no processo de credenciamento das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento, efetuar a análise e credenciamento do distribuidor e instituição integrante do sistema de distribuição, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso das distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, devem estar em conformidade com a Resolução CVM 35, de 26/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106, IV, dispõe que “A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo de credenciamento do distribuidor com os requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS.

A título de orientação, no termo de credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

---

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

---

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

---

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores